POR CARLOS MAGALHÃES

Ex-secretário de Viação e Obras do DF

Casas suspensas

Todas as vezes que ocupo este espaço, que gentilmente o **Jornal de Brasília** põe à disposição da comunidade, defendo a cidade, o seu plano contra os grupos que estão sempre prontos a comprometê-la, agredindo-a, tanto na sua estrutura urbana quanto no seu espaço rural.

As invasões das áreas públicas, os loteamentos irregulares e clandestinos que comprometem a qualidade de vida da população, a migração desordenada, induzida pelas promessas de lotes sem que ainda tenham sido feitas avaliações aprofundadas e sérias dos problemas criados para os migrantes e para a cidade são os alvos principais do trabalho que faço a partir do momento em que ocupei a Secretaria de Viação e Obras Públicas do DF, no governo José Aparecido.

Hoje já vejo que parte da nossa população e também que os amigos, ex-amigos e inimigos que colecionei ao longo dessa minha luta começam a examinar esses problemas, à luz do direito, como acontece agora com relação ao fechamento da ciclovia por alguns moradores do Lago Sul.

Não custa lembrar que a cultura das ocupações irregulares de áreas públicas é do tempo da ditadura militar, a partir do golpe de 1964, e que hoje é incentivada pela omissão criminosa, já denunciada ao Ministério Público, dos nossos administradores.

O reexame feito agora da decisão do Cauma que trata da aprovação do projeto de arquitetura denominado "Casas Suspensas", apresentado naquela ocasião pelo seu autor, membro nato do Cauma e também amigo Oscar Niemeyer, marca o início de uma nova etapa na discussão dos problemas da cidade que daqui para frente passarão pelo exame dos representantes do povo na Assembléia Distrital.

Naquela época aprovamos o projeto inovador, belo e com qualidades arquitetônicas indiscutíveis em reunião do conselho pleno, presidida pelo governador José Aparecido, com a participação, entre outros, dos seguintes conselheiros:

Humberto Gomes de Barros — ex-procurador-geral do DF e atual ministro do Superior Tribunal de Justiça; Oscar Niemeyer — autor do projeto e relator da matéria; Benedito Domingos — atual deputado federal por Brasília; Márcio Cotrim — ex-secretário de Cultura do Governo Roriz; Aleixo Anderson de Souza Furtado — representante do IAB, que apresentou declaração de voto em separado; Paulo Nogueira Neto; Carlos Magalhães — arquiteto; Lúcio Costa — autor do plano da cidade que não participou da reunião mas enviou carta aprovando o projeto.

A reformulação da decisão nº 125/87 — Cauma, feita agora, calcada sobretudo no parecer da procuradoria geral do DF, cujas razões de natureza jurídica, para mim que sou arquiteto, não cabem agora discutir, vai ajudar a resolver problemas da cidade que até hoje, por razões que desconheço, não foram tocados. A partir de agora, agressões tipo Academia de Tênis, construída à margem da lei, mas que funciona como hotel preferido de tantas autoridades federais, e segundo a revista "Veja" é cenário elegante dos negócios complicados promovidos pelo lobista-proprietário, devem ser examinadas, não só pelo Cauma, PRG e Caesb, mas também pela Secretaria de Obras e Administração Regional — RA-1, para que dêem prosseguimento a processos administrativos e policiais há muito iniciados.

Vou esperar.